

CAIEIRAS - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS
- SÃO PAULO

Assistente de Educação
Especializada

CONCURSO PÚBLICO 01/2025

CÓD: SL-034MA-25
7908433275183

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.....	10
3. Pontuação.....	15
4. Ortografia.....	17
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	22
6. Concordância verbal e nominal	30
7. Regência verbal e nominal.....	32
8. Colocação pronominal	34
9. Crase	35

Matemática E Raciocínio Lógico

1. Operações com números reais	43
2. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.....	45
3. Razão e proporção	46
4. Regra de três simples e composta	47
5. Porcentagem. Juro simples	48
6. Média aritmética simples e ponderada	50
7. Sistema de equações do 1º grau.....	51
8. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	52
9. Sistemas de medidas usuais	56
10. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	60
11. Resolução de situações-problema	69
12. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, Diagramas lógicos.....	71
13. Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Sequências	83

Conhecimentos Específicos Assistente de Educação Especializada

1. Fundamentos da Educação Especial: Histórico e evolução da educação especial; Marcos legais e históricos no Brasil e no mundo	89
2. Princípios da inclusão escolar; Definição e importância da inclusão	90
3. Políticas públicas de inclusão.....	92
4. Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	94
5. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e suas alterações.....	112
6. Decreto nº 7.611/2011 e suas atualizações.....	131
7. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU	132

ÍNDICE

8. Tipos de Deficiência e Transtornos: Deficiência Intelectual; Deficiência Física; Deficiência Visual; Deficiência Auditiva ...	134
9. Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)	136
10. Autismo, Síndrome de Asperger, entre outros.....	138
11. Altas Habilidades/Superdotação.....	140
12. Práticas Pedagógicas Inclusiva	142
13. Planejamento e adaptação curricular; Adaptações de conteúdo, métodos, recursos e critérios de avaliação	144
14. Estratégias de ensino inclusivas; Recursos e tecnologias assistivas.....	146
15. Ensino colaborativo e coensino	148
16. Avaliação e acompanhamento; Formas de avaliação contínua e adaptada	150
17. Sistemas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA); Pictogramas, braille, libras, entre outros	150
18. Tecnologias assistivas: Ferramentas e dispositivos para facilitar a aprendizagem e a inclusão	152
19. Ética na educação especial; Direitos e deveres do profissional. Responsabilidade profissional.....	154
20. Atendimento humanizado e respeito à individualidade do aluno	155

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

— **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

— **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de

conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

— **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

— **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

— **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

— **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

— **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

— **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

— **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

— Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

— Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

— Importância da Decodificação dos Dois Tipos de Texto

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

Dominar a interpretação de ambos os tipos de texto permite ao leitor um olhar mais completo sobre o conteúdo, ampliando suas capacidades de análise crítica e facilitando a compreensão em diversas situações, como na leitura de livros, no consumo de mídias digitais ou mesmo na interpretação de artes visuais e sinalizações.

— Dicas Práticas para Compreensão e Interpretação

Compreender e interpretar textos com precisão requer uma série de habilidades e estratégias que facilitam a decodificação e a análise crítica das informações. A seguir, apresentamos algumas dicas práticas que podem auxiliar no aprimoramento dessas competências, especialmente para estudantes que enfrentam provas e concursos.

Resuma o Texto

Uma das formas mais eficazes de garantir que você compreendeu o texto é fazer um resumo. Ao final de cada parágrafo ou seção, tente sintetizar a ideia principal em poucas palavras ou frases. Esse exercício ajuda a identificar o tema central e os argumentos chave do autor, além de facilitar a organização das ideias.

Exemplo: Ao ler um artigo sobre meio ambiente, anote os pontos principais, como causas do desmatamento, consequências para a biodiversidade e possíveis soluções.

Utilize Dicionários e Ferramentas de Busca

Durante a leitura, é comum se deparar com palavras desconhecidas ou expressões que dificultam o entendimento. Mantenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto para consultar o significado de termos difíceis. Esse hábito melhora o vocabulário e contribui para uma leitura mais fluida.

Dica: Hoje, diversas ferramentas digitais, como aplicativos de dicionário e tradutores online, permitem uma consulta rápida e eficiente.

Atente-se aos Detalhes

Informações como datas, nomes, locais e fontes citadas no texto são elementos importantes que ajudam a ancorar a argumentação do autor. Ficar atento a esses detalhes é crucial para a compreensão exata do texto e para responder corretamente a perguntas objetivas ou de múltipla escolha em provas.

- Exemplo: Em um texto sobre história, anotar as datas de eventos e os personagens envolvidos facilita a memorização e o entendimento cronológico.

Sublinhe Informações Importantes

Uma técnica prática para melhorar a compreensão é sublinhar ou destacar partes mais relevantes do texto. Isso permite que você se concentre nos pontos principais e nas ideias centrais, separando fatos de opiniões. A sublinhar frases que contêm dados concretos, você facilita a visualização e revisão posterior.

Dica: Se estiver estudando em materiais digitais, use ferramentas de marcação de texto para destacar trechos importantes e criar notas.

Perceba o Enunciado das Questões

Em provas de leitura, é comum encontrar questões que pedem compreensão ou interpretação do texto. Identificar a diferença entre esses dois tipos de pergunta é essencial:

Questões que esperam compreensão costumam vir com enunciados como “O autor afirma que...” ou “De acordo com o texto...”. Essas perguntas exigem que o leitor se atenha ao que está claramente exposto no texto.

Questões que esperam interpretação vêm com expressões como “Conclui-se que...” ou “O texto permite deduzir que...”. Essas perguntas exigem que o leitor vá além do que está escrito, inferindo significados com base no conteúdo e em seu próprio repertório.

Relacione o Texto com Seus Conhecimentos Prévios

A interpretação de um texto é profundamente influenciada pelo conhecimento prévio do leitor sobre o tema abordado. Portanto, ao ler, tente sempre relacionar as informações do texto com o que você já sabe. Isso ajuda a criar conexões mentais, tornando a interpretação mais rica e contextualizada.

Exemplo: Ao ler um texto sobre mudanças climáticas, considere suas próprias experiências e leituras anteriores sobre o tema para formular uma análise mais completa.

Identifique o Propósito do Autor

Outro aspecto importante na interpretação de textos é compreender a intenção do autor. Tente identificar o objetivo por trás do texto: o autor deseja informar, persuadir, argumentar, entreter? Essa identificação é essencial para interpretar corretamente o tom, a escolha das palavras e os argumentos apresentados.

Exemplo: Em uma crônica humorística, o autor pode utilizar ironia para criticar um comportamento social. Identificar esse tom permite uma interpretação mais precisa.

Releia o Texto Quando Necessário

A leitura atenta e pausada é fundamental, mas muitas vezes é necessário fazer uma segunda leitura para captar detalhes que passaram despercebidos na primeira. Ao reler, o leitor pode verificar a coesão e a coerência do texto, além de confirmar sua compreensão sobre os fatos e as ideias centrais.

Dica: Durante a releitura, tente focar em partes que parecem confusas inicialmente ou nas quais surgiram dúvidas.

Contextualize Figuras de Linguagem e Elementos Subjetivos

Muitos textos, especialmente os literários, utilizam figuras de linguagem (como metáforas, ironias e hipérboles) para enriquecer o conteúdo. Para interpretar esses recursos, é necessário compreender o contexto em que foram usados e o efeito que o autor deseja provocar no leitor.

Exemplo: Em uma poesia, uma metáfora pode estar presente para criar uma comparação implícita entre dois elementos, e a correta interpretação desse recurso enriquece a leitura.

Pratique Regularmente

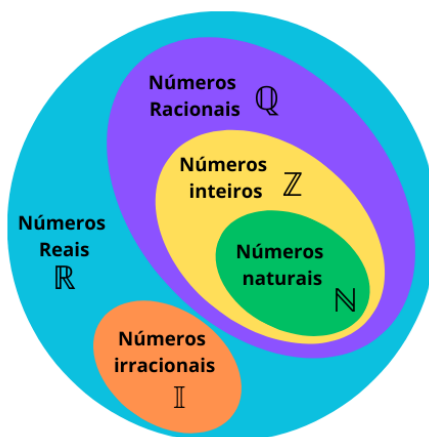
Compreensão e interpretação são habilidades que se desenvolvem com a prática. Quanto mais textos você ler e analisar, maior será sua capacidade de decodificar informações e realizar inferências. Diversifique suas leituras, incluindo textos literários, científicos, jornalísticos e multimodais para ampliar sua gama de interpretação.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

O conjunto dos números reais, representado por $\mathbb{R}$, é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

$\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.

$\mathbb{R}_+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.

$\mathbb{R}_+^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.

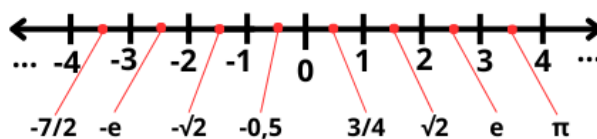
$\mathbb{R}_- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.

$\mathbb{R}_-^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$



Operações com números Reais

Operando com as aproximações, obtemos uma sequência de intervalos fixos que determinam um número real. Assim, vamos abordar as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.

Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

– Bolinha aberta: representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos:
 $>$; $<$ ou $]$; $[$

– Bolinha fechada: representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos:
 $\geq$; $\leq$ ou $]$; $[$

Podemos utilizar $()$ no lugar dos $]$ para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

$[a, b[= (a, b)$;

$]a, b] = (a, b)$;

$]a, b[= (a, b)$.

Representação na reta real	Sentença matemática	Notações simbólicas	
Intervalo aberto: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$	$]a, b[$	(a, b)
Intervalo fechado: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$	$[a, b]$	$[a, b]$
Intervalo semi-aberto à direita: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$	$[a, b[$	$[a, b)$
Intervalo semi-aberto à esquerda: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$	$]a, b]$	$(a, b]$

a) Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

b) O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.

c) O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

Operações com Números Relativos

Adição e Subtração de Números Relativos

a) Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.

b) Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

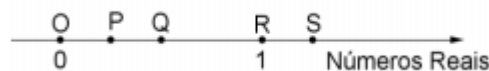
Multiplicação e Divisão de Números Relativos

a) Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.

b) Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplos:

1. Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



- (A) P.
- (B) Q.
- (C) R.
- (D) S.

Solução:

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3-2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

Resposta: A.

2. Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

I- $(20 - m)$ é um número menor que 20.

II- $(20 - m)$ é um número maior que 20.

III- $(20 - m)$ é um número menor que 20.

É correto afirmar que:

A) I, II e III são verdadeiras.

B) apenas I e II são verdadeiras.

C) I, II e III são falsas.

D) apenas II e III são falsas.

Solução:

I. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

II. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

III. Falso, pois m é Real e pode ser positivo.

Resposta: C.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

MÁXIMO DIVISOR COMUM

O máximo divisor comum de dois ou mais números naturais não nulos é o maior divisor comum desses números. Esse conceito é útil em situações onde queremos dividir ou agrupar quantidades da maior forma possível, sem deixar restos.

Passos para Calcular o MDC:

– Identifique todos os fatores primos comuns entre os números.

– Se houver mais de um fator comum, multiplique-os, usando o menor expoente de cada fator.

– Se houver apenas um fator comum, esse fator será o próprio MDC.

Exemplo 1: Calcule o MDC entre 15 e 24.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

15	3	24	2
5	5	12	2
1		6	2
		3	3
		1	

então

$$15 = 3 \cdot 5$$

$$24 = 2^3 \cdot 3$$

O único fator comum entre eles é o 3, e ele aparece com o expoente 1 em ambos os números.

Portanto, o $MDC(15,24) = 3$

Exemplo 2: Calcule o MDC entre 36 e 60

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

36	3	60	2
12	3	30	2
4	2	15	3
2	2	5	5
1		1	

então

$$36 = 2^2 \cdot 3^2$$

$$60 = 2^2 \cdot 3 \cdot 5$$

Os fatores comuns entre eles são 2 e 3. Para o fator 2, o menor expoente é 2 e para o fator 3, o menor expoente é 1.

Portanto, o $MDC(36,60) = 2^2 \cdot 3^1 = 4 \cdot 3 = 12$

Exemplo 3: CEBRASPE - 2011

O piso de uma sala retangular, medindo $3,52 \text{ m} \times 4,16 \text{ m}$, será revestido com ladrilhos quadrados, de mesma dimensão, inteiros, de forma que não fique espaço vazio entre ladrilhos vizinhos. Os ladrilhos serão escolhidos de modo que tenham a maior dimensão possível. Na situação apresentada, o lado do ladrilho deverá medir

(A) mais de 30 cm.

(B) menos de 15 cm.

(C) mais de 15 cm e menos de 20 cm.

(D) mais de 20 cm e menos de 25 cm.

(E) mais de 25 cm e menos de 30 cm.

As respostas estão em centímetros, então vamos converter as dimensões dessa sala para centímetros:

$$3,52\text{m} = 3,52 \times 100 = 352\text{cm}$$

$$4,16\text{m} = 4,16 \times 100 = 416\text{cm}$$

Agora, para os ladrilhos quadrados se encaixarem perfeitamente nessa sala retangular, a medida do lado do ladrilho quadrado deverá ser um divisor comum de 352 e 416, que são as dimensões dessa sala. Mas, como queremos que os ladrilhos tenham a maior dimensão possível, a medida do seu lado deverá ser o maior divisor comum (MDC) de 352 e 416

352	2	416	2
176	2	208	2
88	2	104	2
44	2	52	2
22	2	26	2
11	11	13	13
1		1	

O único fator comum entre eles é o 2, e ele aparece com o expoente 5 em ambos os números.

Portanto, o $MDC(352, 416) = 2^5 = 32$.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente de Educação Especializada

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL; MARCOS LEGAIS E HISTÓRICOS NO BRASIL E NO MUNDO

Introdução

A Educação Especial refere-se a uma modalidade de ensino voltada para atender alunos com necessidades educacionais especiais, como deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Historicamente, essas populações enfrentaram grandes desafios, sendo frequentemente excluídas dos sistemas regulares de ensino. No entanto, ao longo dos últimos séculos, houve uma progressiva mudança de paradigma, com o foco mudando da segregação para a inclusão.

A evolução da Educação Especial foi marcada por transformações profundas na maneira como as pessoas com deficiência são percebidas e tratadas pela sociedade. Ao lado dessa evolução, os marcos legais desempenharam um papel fundamental ao assegurar os direitos das pessoas com deficiência e promover sua inclusão nos sistemas educacionais. Este texto abordará a história e a evolução da Educação Especial tanto no contexto global quanto no Brasil, além de analisar os principais marcos legais que consolidaram o direito à educação inclusiva.

Histórico e Evolução da Educação Especial no Mundo

O conceito de Educação Especial não existia nas sociedades antigas como o conhecemos hoje. Na Grécia Antiga e em Roma, por exemplo, crianças nascidas com deficiências graves eram, muitas vezes, abandonadas ou sacrificadas, refletindo uma visão de inferioridade associada à incapacidade física ou intelectual. Somente no fim da Idade Média, com a ascensão do cristianismo, surgiram os primeiros sinais de uma mudança na maneira de lidar com essas populações, em uma perspectiva assistencialista e caritativa. Ainda assim, a exclusão social e educacional permanecia a norma.

Foi no século XVIII que surgiram as primeiras iniciativas concretas no campo da educação de pessoas com deficiências. A fundação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, por Valentin Haüy, em 1784, em Paris, representou uma virada importante, ao oferecer uma educação formal a cegos. Da mesma forma, a criação de escolas para surdos, como as propostas pelo abade Charles-Michel de l'Épée, marcou o início do desenvolvimento de técnicas pedagógicas específicas para atender alunos com necessidades especiais.

No século XX, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) tiveram um impacto direto na forma como a educação passou a ser vista. A Declaração estabeleceu que a educação era um direito fundamental para todos, sem distinção, o que começou a incluir pessoas com deficiência em um nível mais abrangente.

No entanto, foi apenas na década de 1990 que a perspectiva da inclusão ganhou força. Em 1994, a Declaração de Salamanca, durante a Conferência Mundial de Educação Especial, representou um marco importante. O documento incentivava que os sistemas educacionais de todo o mundo adotassem uma abordagem inclusiva, defendendo que todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais, fossem educadas preferencialmente nas escolas regulares. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) fortaleceu ainda mais essa perspectiva, ao reafirmar o direito de todas as pessoas com deficiência a uma educação inclusiva e em igualdade de condições com os demais.

Histórico e Evolução da Educação Especial no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento da Educação Especial seguiu uma trajetória semelhante à observada em outras partes do mundo, com um longo período de exclusão seguido por uma gradual mudança para a inclusão. Durante o período colonial e imperial, não havia políticas públicas voltadas para a educação de pessoas com deficiência. As iniciativas pioneiras surgiram no final do século XIX, com a criação de instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (1857). Ambas as instituições tinham o objetivo de oferecer educação a cegos e surdos, respectivamente, mas ainda funcionavam em um modelo segregado, com pouco ou nenhum contato com o sistema regular de ensino.

Somente a partir da década de 1950 houve uma maior preocupação com a criação de políticas específicas para a Educação Especial, motivada por influências internacionais e pelo crescimento dos movimentos sociais. O Brasil passou a adotar um modelo mais institucionalizado, com a criação de escolas e classes especiais para atender às diversas deficiências.

O verdadeiro avanço veio com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu, no artigo 208, inciso III, o direito ao "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". A partir desse marco, o Brasil começou a transitar de um modelo de segregação para a inclusão. Nos anos seguintes, políticas públicas passaram a ser desenvolvidas para apoiar essa transição.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabeleceu diretrizes claras para a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Esse movimento foi consolidado pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015. A LBI assegura o direito à educação inclusiva, proibindo qualquer forma de discriminação e garantindo que pessoas com deficiência tenham o apoio necessário para participar plenamente da vida escolar.

Marcos Legais e Históricos no Mundo

No âmbito internacional, diversos tratados, convenções e documentos têm moldado a evolução da Educação Especial e o conceito de educação inclusiva. O primeiro grande marco foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que estabeleceu o direito à educação como um direito humano fundamental. No entanto, a abordagem específica para as pessoas com deficiência só começou a ser desenvolvida com mais clareza na década de 1970.

Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi outro documento fundamental, ao garantir que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, tivessem direito à educação em condições de igualdade. A Declaração de Salamanca, de 1994, foi, sem dúvida, o principal documento a reforçar a importância de uma abordagem inclusiva para a Educação Especial, ao recomendar que as escolas regulares fossem preparadas para receber todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU trouxe ainda mais força ao movimento inclusivo. O documento, adotado por diversos países, incluindo o Brasil, estabelece que as pessoas com deficiência têm direito a uma educação inclusiva, garantindo que elas não sejam segregadas ou discriminadas nas escolas.

Marcos Legais e Históricos no Brasil

No Brasil, os marcos legais para a Educação Especial e a inclusão começaram a se consolidar com a Constituição de 1988. O texto constitucional trouxe, pela primeira vez, garantias explícitas para a educação de pessoas com deficiência, prevendo o direito ao atendimento educacional especializado e preferencialmente na rede regular de ensino.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, foi outro passo importante, ao estabelecer que a educação de alunos com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, com os apoios necessários. Em 2001, o Plano Nacional de Educação reforçou esse compromisso, estabelecendo metas para a ampliação da oferta de educação inclusiva em todo o país.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) deu um novo impulso à implementação de práticas inclusivas no Brasil, orientando que os sistemas de ensino se adaptassem para receber todos os alunos. Essa política visava garantir que as escolas regulares oferecessem os recursos e apoios necessários para que os alunos com deficiência pudessem aprender em igualdade de condições.

Por fim, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), promulgada em 2015, consolidou o direito à educação inclusiva, proibindo a discriminação e exigindo que as escolas, tanto públicas quanto privadas, assegurassem os recursos necessários para a plena participação dos alunos com deficiência no processo educacional.

Conclusão

A trajetória da Educação Especial revela uma profunda transformação ao longo da história. De um modelo excludente, onde pessoas com deficiência eram marginalizadas e segregadas, passamos para uma abordagem inclusiva, que busca garantir o direito de todos à educação, independentemente de suas condições.

Os marcos legais no Brasil e no mundo desempenharam um papel fundamental nesse processo de mudança, assegurando direitos e estabelecendo diretrizes para a implementação de práticas educacionais mais justas e inclusivas. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à formação de professores, à adequação das escolas e à conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão.

O futuro da Educação Especial depende da continuidade dessas transformações e do compromisso das políticas públicas em garantir que as pessoas com deficiência tenham oportunidades iguais de aprender e participar da sociedade, de forma digna e inclusiva.

PRINCÍPIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR; DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO

Introdução

A inclusão escolar é um conceito fundamental no contexto da educação contemporânea, representando a ideia de que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais, têm o direito de aprender e se desenvolver no mesmo ambiente escolar, ao lado de seus pares. Esse princípio parte do pressuposto de que a diversidade é uma riqueza para o processo educacional, e que a escola deve ser capaz de oferecer as condições necessárias para que cada aluno, com suas particularidades, tenha oportunidades iguais de participação e aprendizado.

A importância da inclusão vai além do simples acesso ao ambiente escolar. Trata-se de construir uma sociedade mais justa, equitativa e democrática, onde todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam se desenvolver plenamente e exercer seus direitos. A inclusão escolar, portanto, não é apenas uma política educacional, mas também um movimento social e um compromisso com os direitos humanos.

Princípios da Inclusão Escolar

A inclusão escolar é guiada por princípios fundamentais que orientam sua implementação e garantem que o processo educacional seja verdadeiramente inclusivo. Esses princípios asseguram que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam participar plenamente da vida escolar.

- Igualdade de oportunidades: O princípio básico da inclusão é a igualdade de oportunidades. Isso significa que a escola deve oferecer as mesmas oportunidades de aprendizado para todos os estudantes, respeitando as necessidades de cada um. Para isso, é necessário adaptar currículos, métodos de ensino e recursos pedagógicos de forma a garantir que todos possam aprender em igualdade de condições.

- **Diversidade e respeito às diferenças:** A inclusão reconhece a diversidade como uma característica positiva do ambiente escolar. Em vez de tentar “normalizar” os alunos com deficiência, a escola inclusiva valoriza as diferenças e ajusta suas práticas para atender às necessidades de cada indivíduo. Isso promove uma cultura de respeito e aceitação de todas as formas de ser.

- **Acessibilidade e adaptações necessárias:** Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental garantir que as escolas sejam fisicamente acessíveis, com estruturas que permitam a mobilidade de todos os alunos. Além disso, adaptações curriculares, materiais didáticos e tecnologias assistivas são necessárias para que os alunos com deficiência possam participar ativamente das atividades escolares.

- **Participação e protagonismo do aluno com deficiência:** A inclusão escolar vai além do simples ato de “acolher” alunos com deficiência. É importante que esses alunos sejam protagonistas de seu próprio processo de aprendizado, participando ativamente das aulas, atividades extracurriculares e interações sociais. A inclusão busca promover autonomia e independência.

- **Colaboração e formação docente:** Outro princípio essencial da inclusão escolar é a formação contínua dos professores e demais profissionais da educação. A colaboração entre a equipe pedagógica, os especialistas em educação especial e os familiares dos alunos é vital para criar estratégias pedagógicas que favoreçam o aprendizado de todos. A capacitação docente é um elemento-chave para que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade na sala de aula.

Definição de Inclusão Escolar

A inclusão escolar pode ser definida como a prática de educar alunos com e sem deficiência juntos, no mesmo ambiente escolar, proporcionando oportunidades equitativas para todos. A inclusão não se trata apenas de colocar fisicamente o aluno com deficiência na sala de aula regular, mas de adaptar todo o processo pedagógico e institucional para garantir que ele participe plenamente da vida escolar.

Esse conceito evoluiu ao longo do tempo. Nas décadas anteriores, o termo mais utilizado era integração, que pressupunha que os alunos com deficiência deveriam se adaptar ao ambiente escolar. Se não conseguissem acompanhar o ritmo ou as exigências da escola regular, eram direcionados a instituições especializadas ou classes segregadas. A inclusão, por sua vez, muda essa lógica, colocando a responsabilidade sobre a escola, que deve se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário.

A inclusão é um processo contínuo de transformação do ambiente escolar para garantir que ele seja acolhedor, acessível e promotor da diversidade. Trata-se de um movimento que desafia a estrutura tradicional da escola, propondo uma educação para todos, onde as barreiras físicas, curriculares e atitudinais sejam eliminadas.

A Importância da Inclusão na Educação

A inclusão escolar é importante por várias razões, tanto para os alunos com deficiência quanto para os sem deficiência, e seus benefícios se estendem para toda a sociedade.

- Para os alunos com deficiência, a inclusão promove o desenvolvimento pleno de suas capacidades, em um ambiente que estimula a convivência social e o aprendizado compartilhado. Eles têm a oportunidade de aprender e se desenvolver ao lado de seus pares, participando ativamente das atividades escolares e sociais, o que reforça sua autoestima e autonomia.

- Para os alunos sem deficiência, o convívio com a diversidade desde cedo ensina lições valiosas de empatia, respeito e cooperação. Eles aprendem a valorizar as diferenças e a entender que todos têm algo a contribuir para a sociedade. A inclusão educa para uma cidadania mais plena, onde o respeito aos direitos de todos é fundamental.

- **Inclusão como um direito garantido por lei:** A inclusão escolar é também um direito legalmente garantido. Diversos marcos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), asseguram o direito de crianças e adolescentes com deficiência à educação em igualdade de condições. Isso coloca a inclusão como um compromisso do Estado e da sociedade.

- **Impacto social e cultural da educação inclusiva:** A educação inclusiva promove uma transformação cultural, desafiando preconceitos e promovendo a equidade. Uma sociedade inclusiva é mais justa e preparada para lidar com as diferenças, reconhecendo o valor de cada indivíduo. Ao promover a inclusão nas escolas, cria-se uma base para que a inclusão se torne uma prática em outros aspectos da vida social, como o mercado de trabalho, o lazer e a vida comunitária.

Desafios da Implementação da Inclusão

Apesar de ser um direito e um princípio educativo amplamente defendido, a implementação da inclusão escolar enfrenta vários desafios, que precisam ser superados para garantir que a educação inclusiva seja uma realidade em todo o Brasil.

- **Barreiras físicas e estruturais:** Muitas escolas ainda não são acessíveis a alunos com deficiência, especialmente no que diz respeito à mobilidade física. A falta de rampas, elevadores, banheiros adaptados e outras estruturas de acessibilidade limita a participação de estudantes com deficiência física ou motora.

- **Preparação dos professores e da comunidade escolar:** Embora a inclusão esteja prevista nas políticas públicas, muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. A falta de formação continuada e a ausência de apoio especializado dificultam o processo de inclusão. Além disso, a resistência de alguns membros da comunidade escolar, seja por preconceito ou desconhecimento, também pode ser um obstáculo.

- **Políticas públicas e apoio governamental:** A inclusão escolar depende de políticas públicas eficazes, que garantam os recursos necessários para que as escolas se adaptem às necessidades de todos os alunos. Isso inclui a contratação de profissionais especializados, a oferta de materiais didáticos adaptados e